

Moratória fará gasolina subir *divida externa*

Em caso de moratória, a questão que muitos têm apontado como crucial — o fornecimento de petróleo ao Brasil — já estaria praticamente equacionada, não se aplicando o racionamento mas aumentando-se imediatamente os preços dos combustíveis, aplicando-se o Plano de Emergência para Suprimento de Energéticos, elaborado em conjunto por técnicos do Ministério das Minas e Energia, Conselho Nacional do Petróleo e Petrobrás.

Os técnicos concluíram que seria possível o país conviver com um consumo diário de 700 mil barris/dia sem sem maiores problemas. Isto implicaria que o corte nas importações de petróleo só fosse de aproximadamente 250 mil barris/dia ou 210 milhões de dólares por mês, dentro dos 640 mil diários de petróleo que o Brasil importa.

De acordo com este plano, nem haveria racionamento, nem haveria uma interrupção total no fornecimento de petróleo. Isto porque o País já importa 150 mil barris de petróleo por dia à base de trocas comerciais do México, Venezuela, Nigéria, Equador e Angola, e está estudando novas propostas com vários países entre os quais o Irã, para 60 mil barris/dia, em troca de produtos brasileiros. Em caso de moratória, este petróleo continuaria a fluir para o país, adicionando-se à produção nacional que já se aproxima de 400 mil barris/dia.

Além disso, o plano prevê o aumento imediato e geral dos preços de todos os combustíveis, a ampliação da capacidade de destilação para produzir mais álcool, a liberação de recursos para financiamento de micro e minidestilarias de álcool, a diminuição do horário de funcionamento dos postos de gasolina, que seria de 8 às 17 horas. Também a redução de alíquotas para utilitários a diesel, supressão do fornecimento de óleo combustível tipo C que seria adicionado ao diesel e a intensificação dos contatos com os países fornecedores de petróleo visando fechar contratos de importação através de créditos recíprocos.

Todas estas medidas têm um objetivo comum, diminuir o consumo de derivados de petróleo. Quanto ao caso do óleo diesel, que tem demanda mais imprevisível, diminuindo ape-

nas de 0,8 por cento de janeiro a agosto deste ano, enquanto a gasolina caiu 15,1 por cento no mesmo período, deverá ter seu consumo cortado ou substituído em 14 por cento.

Todas as alternativas são válidas: o álcool poderia ser aditivado para substituir óleo diesel mas também as fábricas poderiam ser obrigadas a lançar caminhões movidos por motores a álcool hidratado — modificando os antigos motores a gasolina, como ocorreu com os automóveis. Além, disso, o melhor aproveitamento do aditivo dinitrato de trietileno glicol, DNTEG, seria aditivando o óleo diesel de baixo cetano que atualmente é misturado ao óleo combustível. A atual capacidade de produção deste aditivo daria para substituir 17 por cento do consumo de óleo diesel, se houvesse diesel de baixo cetano em quantidade suficiente, ou seja, perto de 50 mil barris diários.

Dois setores ficariam em dificuldades: os consumidores de nafta e de gás de cozinha, GLP, que são importados à razão de 25 mil barris/dia e 10 mil barris/dia respectivamente.

Além disso, toda a economia iria sofrer porque o Governo não teria como evitar um endurecimento da recessão, o que funcionaria de um lado, como um alívio das pressões da demanda de petróleo.

PETROBRAS

Se o Brasil poderia absorver, a princípio, uma baixa forçada das importações de petróleo, para a Petrobrás a questão seria bem mais séria. Atualmente, as refinarias brasileiras poderiam refinar 1,5 milhão de barris/dia mas estão funcionando com uma ociosidade de 30 por cento, refinando 1,045 milhão de barris/dia. Se a Petrobrás fosse colar no consumo ela deveria estar refinando ainda menos, ou seja, 953 mil barris/dia.

A moratória iria significar um aumento da ociosidade das refinarias, a níveis considerados críticos, e que poderiam até influir na desativação de alguma refinaria mais antiga.

A Petrobrás já recusou um plano de redução drástica da dependência nacional de petróleo importado, que esteve sendo estudado no primeiro semestre pelo

Governo e previa, entre outras medidas, reduzir o consumo diário nacional para 800 mil barris/dia no próximo ano.

PROALCOOL

O caso da moratória iria acabar de vez com os inimigos do Proálcool, que se consagraria como uma das fontes prioritárias de energia nacionais. Além de ser utilizado, em substituição da gasolina, o álcool iria passar a ser utilizado pelas indústrias petroquímicas criando-se a alcoólquímica, e provavelmente teria de ser também utilizado para movimentar caminhões a diesel e caminhões a gasolina adaptados para álcool hidratado. Neste caso, as recentes exportações de álcool pelo país poderiam criar novamente graves problemas de escassez — como ocorreu com a soja e o milho, exportados na baixa e importados agora na alta.

Enfim, outra área que também cresceria seria o carvão, acelerando-se os trabalhos para a implantação no sul de usinas gasificadoras que produziriam um substituto nacional ao GLP importado.

O Governo deveria iniciar o quanto antes a modernização e a racionalização de todo o processo de produção do álcool, plano que já está nas pranchetas dos técnicos responsáveis da área. O objetivo seria aumentar a produtividade em todas as fases do processo, bareteando o preço final do produto.

Na parte agrônômica, existem possibilidades de ganhos reais com a introdução de novas espécies de cana mais produtivas, melhorando-se ainda as técnicas de plantio e de colheita. Na parte industrial, seria introduzido o processo da fermentação contínua, que substituiria os atuais tanques de fermentação. Com isso, se ganharia em tempo, permitindo o processamento de maior quantidade de cana num mesmo espaço de tempo. Além disso, se faria um esforço para implantar novos e mais modernos processos de destilação, incorporando diversos avanços da tecnologia, que daria também várias respostas sobre o que fazer para aproveitar melhor o bagaço da cana. Além do produzir aditivo, o bagaço vem sendo pelletizado e vendido como combustível.